



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS
ISCTE, 30 de janeiro de 2026

Inteligência Artificial, Educação, Ciência e Ação Sindical

Miguel Viegas

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Camaradas,

A Inteligência Artificial deixou definitivamente de ser um debate abstrato ou futurista. Ela está já presente nas nossas escolas, universidades e centros de investigação, a moldar práticas pedagógicas, condições de trabalho e prioridades institucionais. A questão central, para nós, não é se a IA vai entrar na educação e na ciência — ela já entrou. A verdadeira questão é em que condições, com que objetivos e sob controlo de quem.

É fundamental começar por reafirmar um princípio político claro: a educação não é um serviço qualquer, nem um produto mercantil. É um direito humano fundamental, essencial ao desenvolvimento individual, à dignidade humana e à própria democracia. Este princípio não é retórico; ele deve ser o critério orientador de qualquer decisão sobre a introdução de tecnologias baseadas em IA nos sistemas educativos e científicos.

Dito isto, não devemos cair em posições simplistas. A IA comporta potencialidades reais. Pode apoiar práticas pedagógicas mais inclusivas, ajudar na adaptação de conteúdos, facilitar o acesso ao conhecimento ou apoiar a investigação científica.

Mas estas potencialidades só se concretizam se um princípio for respeitado: as tecnologias baseadas em IA devem reforçar — e nunca substituir — o papel essencial, insubstituível e humano dos docentes e trabalhadores da educação. A educação não é um processo automático, nem redutível a fluxos de dados ou respostas algorítmicas.

Empatia, mediação pedagógica, pensamento crítico, acompanhamento personalizado e liberdade académica não são automatizáveis.

É por isso que a autonomia profissional dos docentes, investigadores e universitários é absolutamente central. Deve caber sempre aos profissionais da educação decidir quando, como e se estas tecnologias devem ser usadas. Nenhuma ferramenta tecnológica pode impor-se como norma pedagógica, nem condicionar métodos de ensino, avaliação ou investigação com base em critérios externos à profissão.

Os riscos, contudo, são evidentes e exigem resposta sindical organizada. Um dos mais graves é o da desprofissionalização: a tendência para usar a IA como instrumento de controlo do trabalho, de intensificação de ritmos, de padronização de práticas e de avaliação automática do desempenho. Outro risco central é o da vigilância: a recolha massiva de dados de alunos e trabalhadores, frequentemente sem transparência, sem controlo público e com fins comerciais.

Por isso, a transparência e a responsabilização são princípios inegociáveis. A recolha, utilização e partilha de dados educativos têm de ser claras, compreensíveis e sujeitas a escrutínio. Os algoritmos não podem ser caixas-negras. As empresas têm de ser responsabilizadas pelos dados que recolhem e pelo uso que deles fazem. Nenhuma decisão de alto impacto — sobre avaliação, progressão, recrutamento ou acesso — pode ser delegada a sistemas automáticos controlados por empresas privadas.

A dimensão da equidade e da inclusão é igualmente central. O acesso às tecnologias baseadas em IA não pode aprofundar desigualdades sociais, territoriais ou institucionais. A promessa de inovação não pode servir para legitimar um sistema educativo a várias velocidades, nem para substituir investimento público por soluções digitais de baixo custo e baixa qualidade. A tecnologia pode tanto reduzir como agravar desigualdades — e a experiência mostra que, sem regulação, tende a fazer o segundo.

Não menos importante é a sustentabilidade ambiental. A IA assenta em infraestruturas altamente intensivas em energia e recursos naturais. Falar de transição digital ignorando a crise climática é politicamente irresponsável. A educação pública tem de ser coerente com os objetivos de sustentabilidade, exigindo critérios ambientais claros na aquisição e utilização destas tecnologias.

É neste enquadramento que assume particular relevo o trabalho desenvolvido ao nível europeu pela ETUCE, num projeto onde a FENPROF está representada. Ainda neste passado sábado, realizámos em Coimbra, no âmbito da FENPROF um encontro de trabalho sobre IA com intervenções de especialistas que muito contribuíram para um debate estimulante que tivemos e ao qual temos de dar continuidade.

Destaco alguns pontos-chaves que deveriam nortear a nossa estratégia relativamente à inteligência artificial e em particular a inteligência artificial generativa.

1. Avaliar o impacto da IA nas condições de trabalho

Avaliar de forma sistemática os efeitos das tecnologias baseadas em IA sobre o **recrutamento, a carga de trabalho, as condições laborais, os direitos de autor, o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, as estratégias pedagógicas e os processos de avaliação**. Garantir que a gestão do desempenho não é automatizada e que respeita a autonomia profissional e a liberdade académica.

2. Avaliar o impacto da IA na pedagogia e nos processos de aprendizagem

Analisar criticamente de que forma a IA influencia a pedagogia, os métodos de ensino, a qualidade dos conteúdos, o desenvolvimento cognitivo e o pensamento crítico. **Promover abordagens que evitem a padronização excessiva, os enviesamentos culturais e linguísticos e a substituição da relação pedagógica humana.**

3. Reforçar os quadros regulatórios nacionais e europeus

Exigir quadros legais robustos que regulem a utilização da IA na educação, com participação efetiva dos sindicatos. Reforçar a coordenação europeia e criar mecanismos de controlo público que protejam a educação enquanto direito humano e bem público contra a influência comercial excessiva.

4. Reforçar o diálogo social e a capacidade de intervenção sindical

Intensificar a negociação coletiva sobre IA na educação. Garantir que os sindicatos participam na governação, aquisição, implementação e avaliação destas tecnologias. Apoiar estruturas sindicais locais na definição de políticas institucionais sobre IA.

5. Combater a comercialização e privatização da educação

Vigiar o papel das empresas de tecnologias educativas, contrariando a lógica de mercantilização da educação e da ciência. Assegurar transparência nos contratos públicos, limitar a exploração comercial dos dados e garantir que as tecnologias servem o interesse público e não o lucro privado.

6. Limitar os processos automáticos de decisão

Garantir que a IA não substitui o julgamento profissional dos docentes e trabalhadores da educação. Proibir decisões automáticas de alto impacto sobre emprego, avaliação, progressão ou acesso. Assegurar sempre a intervenção humana e mecanismos de recurso eficazes.

7. Garantir formação inicial e contínua crítica sobre IA

Integrar a educação digital e a literacia crítica sobre IA na formação inicial e contínua dos docentes, durante o horário de trabalho e sem custos. Permitir que os profissionais decidam de forma informada quando e como usar estas tecnologias, compreendendo os seus riscos éticos, pedagógicos e laborais.

8. Desenvolver instrumentos de auditoria e avaliação de impacto

Criar ferramentas para auditar e avaliar o impacto da IA nos sistemas educativos ao longo do tempo, com base em dados independentes. Reforçar a investigação pública e lembrar que a educação é um processo social assente em relações humanas insubstituíveis.

Chegamos, então, ao ponto decisivo.

O que enfrentamos é uma onda avassaladora, em marcha acelerada, conduzida pelas grandes multinacionais do digital e que nos apresentam a IA como inevitável. Empresas que controlam infraestruturas, plataformas, dados e algoritmos e com enorme capacidade de

influência na decisão pública. Empresas cuja lógica é a da acumulação capitalista, não a do direito à educação nem a da produção de conhecimento crítico.

Para que se perceba melhor o contexto importa ter presente que o presidente da Agência para a Reforma Tecnológica do Estado (ARTE), Manuel Dias foi , antes de ser nomeado um dos quadros principais da Microsoft em Portugal. Este passa a ser uma figura central na implementação da estratégia digital no sector público e na modernização tecnológica da administração.

Não podemos por isso aceitar esta transformação de forma acrítica. Ou participamos ativamente no processo, ou seremos subordinados a ele. Participar ativamente significa recusar qualquer cedência que subordine os processos de aprendizagem e de investigação à lógica do lucro. Significa afirmar que a educação e a ciência não são mercados a conquistar, mas bens públicos a defender.

Este é um combate sindical, político e civilizacional. E é um combate que tem de ser travado agora — com clareza, com organização e com coragem.

Muito obrigado.